



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 – Fone (49) 3458-9500.

CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina

E-mail: gabinete@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net

Processo Administrativo nº 089/2024

Dispensa de Licitação nº 016/2024

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE AUTORIZAÇÃO

O presente Procedimento Administrativo Licitatório tem como objeto a Contratação de empresa para realização de treinamento técnico-administrativo ao grupo de gestão, contemplando aproximadamente 70 (setenta) pessoas, abordando conteúdos como: condutas vedadas no ano eleitoral, como suportar as pressões, superar expectativas e implementar soluções, comprometimento e comportamento participativo no trabalho em equipe, unificação de argumentos e linguagem, com duração aproximada de 4 (quatro) horas, em data a ser agendada pela administração, conforme especificado no Documento de Formalização de Demanda, para atendimento da demanda pelo cumprimento das disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no art. 54, § 1º.

Nestes termos, considerando as justificativas apresentadas, o Documento de Formalização de Demanda, os documentos comprobatórios juntados aos autos, a previsão do art. 75, II, da Lei Federal n. 14.133/2021, passo a decidir: **Autorizo** a contratação do serviço referido acima, realizada através de Dispensa de licitação, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Desta forma, formalize-se o respectivo contrato e/ou nota de Empenho, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.

Publique-se a presente autorização direta e o extrato do contrato/Empenho dela decorrente no respectivo sítio eletrônico oficial, conforme disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Após, realize-se a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme disposto no art. 94 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Itá/SC, 07 de maio de 2024.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito de Itá/SC

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.